

O Sistema Falhou, Viva o Sistema?

Judy Klass

De um conjunto diverso de pessoas, com diferentes origens, aspirações e modos de vida e de governo, nasceu um país e uma Constituição que consagra como o bem mais precioso a diferença dentro do todo. O sistema eleitoral norte-americano não é mais do que um espelho dessa realidade, e as eleições presidenciais deste ano vieram pô-lo em causa.

Algumas pessoas podem argumentar que a força dos Estados Unidos reside na sua natureza paradoxal e que o paradoxo está incorporado no seu nome. E Pluribus Unum; em muitos, um. O país é uma união de estados separados, que estão juntos e sozinhos em simultâneo. As treze colónias originais sabiam que tinham de se unir para lutar contra a Grã-Bretanha e alcançar a independência. Também sabiam que seriam bem mais fortes se conseguissem formar uma nação, em vez de várias que competissem entre si.

E, no entanto, espalhadas como estavam pela costa leste, estas colónias já estavam estabelecidas nas suas formas idiossincráticas. Tinham sido descobertas em momentos diferentes, algumas por mercadores prospectivos, outras por agricultores, outras por zelotas religiosos que esperavam construir uma Cidade num Monte, e outras ainda por fugitivos de perseguições religiosas no Velho Mundo – e depois, outra vez, no Novo. Todos eles tinham medo de uma união em que as características peculiares e os corpos governativos de cada estado pudessem ser engolidos e obliterados pelo todo. Muitos colonos viviam em comunidades isoladas ou mesmo nas suas fazendas no meio de nada. A ideia de um governo central forte, remoto mas poderoso, perturbava-os e parecia demasiado semelhante à autoridade imperial que eles estavam a combater.

E assim evoluiu o curioso sistema americano, com o seu equilíbrio de poderes federais e poderes estatais. Quanto é que um estado se pode desviar, nas suas leis e costumes, das normas estabelecidas a nível nacional? A legislatura estadual e os seus tribunais é que decidem isso e quando as suas decisões são contestadas às vezes o Supremo Tribunal em Washington intervém.

Por exemplo, o salário mínimo nacional é de 5.15 dólares por hora. Mas George W. Bush, na qualidade de governador do Texas, aprova a forma como o seu estado "optou por ficar fora" deste requisito – o salário mínimo do Texas é, nalgumas áreas laborais, de 3.35 dólares por hora-. Bush também assinou uma lei que permite aos distritos ignorarem os limites estabelecidos para número de alunos por turma nas escolas primárias. Sendo um defensor dos direitos estaduais e do governo local, Bush não acredita que devam existir padrões nacionais nestas áreas. Alguns estados, como o Texas, têm a pena de morte, outros não.

Os estados mais pequenos preocuparam-se desde o início com a possibilidade das suas vozes serem ignoradas pelo governo nacional. Foram criadas medidas para evitar isto. Há duas Câmaras no Congresso e cada estado elege para a Câmara dos Representantes um número de pessoas proporcional à população desse estado. Cada distrito tem o seu congressista. Mas no Senado, um corpo ligeiramente mais solene, há dois e apenas dois senadores de cada estado – do mais pequeno ao maior e mais densamente povoado.

O sistema do Colégio Eleitoral, a menina dos olhos do “pai fundador” James Madison, também é suposto dar mais peso aos estados mais pequenos. Uma vez que, tradicionalmente, os delegados (os grandes eleitores) de cada estado dão todos os seus votos a um ou outro candidato, em teoria os candidatos têm mais motivações para fazer campanha em todos os estados, mesmo quando a sua vitória num deles possa parecer remota. Na verdade, os candidatos concentram-se mais nos “estados variáveis” com o maior número de grandes eleitores – dos quais a Florida, palco da nossa insanidade nacional nestas últimas eleições, é um bom exemplo.

Há quem argumente que o Colégio Eleitoral é antiquado e devia ser abolido. Na altura em que a nação foi fundada, o sistema evoluiu como um compromisso para dar mais voz aos estados do sul: os escravos negros eram contabilizados como três terços de uma pessoa nas contas feitas para determinar o número de grandes eleitores de cada estado para o Colégio Eleitoral – mas depois não tinham direito de voto. O sistema do Colégio Eleitoral também funcionava para desencorajar os estados a darem o direito de voto às mulheres. Cada estado podia escolher fazê-lo ou não, mas apesar de um estado duplicar o seu voto popular concedendo o direito de voto às mulheres continuava a ser o Colégio Eleitoral que contava. Só em 1920 é que as mulheres começaram a votar em todo o país.

Uma vez que muitos mais homens brancos do sul votaram em Bush do que as mulheres, os afro-americanos e pessoas noutras regiões do país, Akhil Reed Amar, um professor de direito em Yale, escreveu recentemente num artigo do “New York Times” que o Colégio Eleitoral ainda está a privilegiar esse único grupo (os sulistas do sexo masculino) tal como fazia há dois séculos e, logo, está a comprometer a nossa democracia.

A actual situação é uma que os americanos sempre temeram, mas que felizmente raramente tiveram que enfrentar. Al Gore ganhou o voto popular mas isso não lhe deu a presidência. Ele ficou com mais votos do Colégio Eleitoral do que Bush sem contar com a Florida. E nesse estado o voto popular foi praticamente dividido ao meio o que deu uma vitória tangencial ao candidato vencedor, abrindo-lhe as portas da Casa Branca. Por isso é que os americanos discutiram se as distorções do processo deviam ser adjudicadas ao nível nacional ou federal. Foi isto que levou o grande defensor dos direitos estaduais, George W. Bush, a apresentar uma queixa num tribunal federal para travar as recontagens na Florida. E, por seu lado, a equipa do vice-Presidente Al Gore teve que mergulhar nas complexidades da política e das leis locais dos condados desse estado.

A Constituição, tão brilhante e praticável durante mais de 200 anos, parece estar a correr o perigo de se afundar num pântano da Florida. Mas já viveu tempos bem mais estranhos do que este e emergiu de todos eles espantosamente ilesa. É uma das coisas de que os americanos, nas várias regiões, com todas as diferenças culturais, se podem orgulhar. Alguns são a favor de uma construção e interpretação “alargada”; e alguns defendem que esta deve ser “estreita”. As pessoas também discordam sobre as intenções dos “pais fundadores” em questões como os direitos dos estados, mas a divinização da sua intenção é sempre fulcral para o debate. A Constituição já foi alterada de tempos em tempos, mas a sua legitimidade nunca foi questionada. É uma fonte de estabilidade que os americanos têm como sagrada e é venerada num sentido quase religioso. O mesmo já não é verdade para a componente do Colégio Eleitoral no nosso sistema ou para a presidência de quem acabou (ou vai acabar) por ganhar este processo eleitoral.